

A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: contexto brasileiro de produção teórica

The implementation of the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education: Brazilian context of theoretical production

La implementación de Consejos Nacionales de Educación Escolar de Comunidades Cimarronas en Educación Básica: contexto brasileño de producción teórica

Lívia de Oliveira Guimarães¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Patricia Montanari Giraldi²
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Estudo bibliográfico da produção científica brasileira sobre a implementação da Educação Escolar Quilombola. Para tanto, analisa as produções acadêmicas presentes em seis plataformas digitais. O critério de inclusão foi a presença do termo “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola” no título, resumo ou palavras-chave. Os estudos identificados estão concentrados nos estados de MG, PE, GO, SP, RJ, PR, BA e AP, o que sugere a carência de pesquisas em outras regiões, como em SC. Entre as 18 pesquisas encontradas, 12 estão na área de educação; as demais estão distribuídas igualmente entre as disciplinas de história, geografia, sociologia, física, língua portuguesa e ciências, refletindo uma ênfase maior na educação. Os resultados indicam pesquisas que denunciam precariedade, desconhecimento, silenciamento e preconceito na implementação das referidas diretrizes. Para enfrentar esse quadro, conclui-se pela necessidade de políticas públicas, planejadas e implementadas em parceria com as comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Comunidade remanescente quilombola; Estudantes quilombolas.

Abstract: A bibliographic study of Brazilian scientific production on implementing Quilombola School Education. For this purpose, it analyzes academic productions on six open-access digital platforms. The inclusion criterion was “National Curricular Guidelines for Quilombola School Education” in the title, abstract or keywords. The studies identified are concentrated in MG, PE, GO, SP, RJ, PR, BA and AP states, which suggests a lack of research in other regions, such as SC. Of the eighteen studies found, twelve are in the field of education; the others are equally distributed among history, geography, sociology, physics, Portuguese language and science subjects, reflecting a greater emphasis on education. The results indicate that some research denounces precariousness, ignorance, silencing, and prejudice in implementing these guidelines. Facing this situation requires public policies that are planned and implemented in partnership with quilombola communities.

Keywords: Quilombola School Education; Quilombola remaining community; Quilombola students.

¹ Doutoranda em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil. E-mail: guimaraeslivia74@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4424768992785735>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5824-6308>.

² Doutora em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Professora Associada na Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil. E-mail: patriciamgiraldi@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1936478882794035>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4283-1967>.

Resumen: Estudio bibliográfico de la producción científica brasileña sobre la implementación de Consejos Nacionales de Educación Escolar de Comunidades Cimarronas. Para eso, analiza las producciones académicas presentes en seis plataformas digitales. El criterio de inclusión fue la presencia de “Directrices Curriculares Nacionales de Educación Escolar de Comunidades Cimarronas” en el título, resumen o palabras clave. Las investigaciones se concentran en los estados de MG, PE, GO, SP, RJ, BA y AP, lo que sugiere una falta de investigaciones en otras regiones, como SC. Los dieciocho estudios encontrados, doce son del área de educación, los demás se distribuye igualmente entre las disciplinas de historia, geografía, sociología, física, lengua portuguesa y ciencias, reflejando un mayor énfasis en la educación. Los resultados indican investigaciones que denuncian precariedad, desconocimiento, silenciamiento y prejuicios en la implementación de las citadas directrices. Para afrontar esta situación, se concluye que son necesarias políticas públicas, planificadas y implementadas en colaboración con las de Comunidades Cimarronas.

Palabras clave: Educación Escolar de Comunidades Cimarronas; Comunidades cimarronas; Estudiantes quilombolas.

Recebido em: 10 de agosto de 2024

Aceito em: 14 de outubro de 2024

Introdução

A presente reflexão teórica é parte da pesquisa de doutorado em curso³ e tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico da produção científica brasileira sobre a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. O interesse pela pesquisa surge no contexto da docência na Educação Escolar Quilombola (EEQ), em que a primeira autora é professora de Ciências da Natureza e Matemática, desde setembro de 2021, no estado de Santa Catarina (SC). Para entender o contexto em que a pesquisa se insere, é necessário contextualizar as lutas pela conquista da implementação dessa educação no estado de SC. O que se apresenta, a seguir, é parte dessa luta que aprendi, principalmente, ouvindo as histórias contadas por pessoas que fazem parte do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC)⁴, como a Maria de Lourdes Mina (Silveira, 2022), a Vanda de Oliveira Gomes Pinedo e a Luciana de Freitas Silveira, que fizeram essa luta junto a muitas comunidades quilombolas do estado, auxiliando-as na busca pela implementação dos seus direitos.

³ O doutorado em andamento está sendo realizado no Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica (UFSC), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁴ O MNU/SC tem mais de 30 anos de luta pela libertação do povo negro. Tem atuado na formação política e social catarinense, na construção de uma sociedade menos racista e mais justa.

Em 2006, as comunidades quilombolas de SC⁵ apresentaram um Projeto de Educação, elaborado por oito representantes de comunidades quilombolas e 16 educadores do MNU/SC, durante uma audiência pública, em que se firmou um pacto com a Secretaria Estadual de Educação (SED) para a execução dessa política. Porém, nos seis anos seguintes, nenhuma política nessa direção havia sido efetivada. Em 2015, o MNU/SC abre uma Ação Civil Pública ao Ministério Público Federal (MPF) para que seja cumprida a política em questão (Mombelli, 2020).

Após um longo processo judicial, muita mobilização social e debates pedagógicos, finalmente, depois de 16 anos de luta, a EEQ foi conquistada, por meio da Resolução Conselho Estadual de Educação/SC N° 086, de 15 de julho de 2019 (Santa Catarina, 2019), que institui as Diretrizes para a organização dessa modalidade no Estado de Santa Catarina. Entre outros aspectos, essa Resolução determina a metodologia da Pedagogia da Alternância, que intercala um “tempo escola” e um “tempo comunidade” como metodologia de organização do trabalho pedagógico. Essa metodologia propõe que os estudantes possam relacionar os aprendizados oriundos da comunidade e da escola (Mombelli, 2020), realizando uma reflexão sobre esses dois espaços. Isso diz muito sobre uma epistemologia que enfatiza os conhecimentos ancestrais quilombolas presentes no cotidiano, por meio da sabedoria das pessoas mais velhas das comunidades e, assim, valoriza os conhecimentos quilombolas, relacionando-os com os conhecimentos científicos.

Um ponto a se destacar se refere ao fato de que as comunidades quilombolas atuam junto ao MNU/SC, com o intuito de erradicar o analfabetismo e possibilitar a conclusão do Ensino Básico de muitos jovens, adultos e idosos dessas comunidades. Nessa direção, em SC, a EEQ é ofertada na modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) e está vinculada ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja), da rede estadual de educação. Porém, é importante que crianças e jovens quilombolas tenham acesso a uma educação escolar que inclua os saberes, as histórias e as culturas quilombolas. Existem leis e resoluções que deveriam garantir esse direito às comunidades, como a própria Resolução CEE/SC N° 086⁶/19; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQ) (Brasil, 2012); a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi assinada pelo Brasil, em 2004 e hoje está prevista no Decreto 10.088/19 (Brasil, 2019). De acordo com essas legislações, é direito das crianças e jovens quilombolas ter acesso a uma educação escolar que contemple a

⁵ Segundo o Cadastro Único de 2020, existem cerca de 21 comunidades quilombolas em SC, sendo 17 certificadas pela Fundação Palmares e apenas 3 parcialmente tituladas. Disponível em: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/direitos-humanos/gerencia-de-politicas-para-igualdade-racial-e-imigrantes-geiri/dados-2>.

⁶ Esta resolução institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Santa Catarina.

história da sua comunidade, inclua a sua cultura e que a comunidade participe da gestão dessa educação. Além disso, fica definido que as escolas que recebem estudantes de territórios quilombolas devem oferecer a EEQ.

Nos últimos dois anos, foram publicadas duas portarias que buscam avançar na implementação da EEQ. A Portaria nº 988, de 23 de maio de 2023, institui a Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola, enquanto a Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024, institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola.

Considerando as legislações e o contexto apresentado, buscamos entender o que as pesquisas têm discutido sobre a implementação da Educação Escolar Quilombola, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica. Para isso, desenvolvemos estratégias metodológicas de apropriação da referida temática.

Construção de estratégias metodológicas

Escolhemos referendadas plataformas on-line de divulgação de pesquisas em nossa área, no Brasil: A) Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); B) Portal de Periódicos Capes; C) Plataforma Scielo; D) Anais de eventos do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (Enpec); e do E) Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENEBio); F) Revista de Ensino de Biologia (REnBio). O levantamento foi realizado nos dias 27 de março de 2023 e 3 de abril de 2023, usando as seguintes palavras-chaves: “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica”; “Estudantes Quilombolas”. Nas plataformas que foram possíveis, utilizamos os seguintes descritores: “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola” AND “Estudantes Quilombolas”. O critério para seleção de trabalhos foi a presença do termo “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola” no título, resumo ou palavras-chave. Foram encontrados 18 trabalhos, que estão apresentados em duas categorias:

Pesquisas que analisam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica nas escolas

A seguir, descrevemos os trabalhos que enfatizam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQ) em escolas, os quais se relacionam aos interesses da tese em desenvolvimento e os resultados alcançados para possíveis interlocuções.

A dissertação de Macedo (2019) analisou como as DCNEEQ estão sendo implementadas em duas escolas públicas, que atendem estudantes da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, localizada em Minas Gerais. Os resultados são marcados pela precariedade e falta de ação do poder público na comunidade, pois as escolas são tratadas legalmente como rurais e não quilombolas. Na análise dos documentos oficiais, identificaram que a Educação Escolar Quilombola (EEQ) não está presente no PPP, nem nos calendários das escolas. Os saberes e culturas quilombolas não fizeram parte dos conteúdos estudados. Com a análise das entrevistas, identificaram que a maioria dos docentes não conhece as DCNEEQ. A Superintendência Regional de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação e a gestão escolar não agem pela implementação da EEQ. Além disso, foram identificadas situações de preconceito contra os estudantes no ambiente escolar e de racismo nos discursos de algumas pessoas. Observa-se, assim, no referido estudo, a situação problemática da referida comunidade quilombola analisada.

Por outro lado, a dissertação de Silva (2012) analisou uma proposta de educação realizada pela⁷ comunidade quilombola Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE), e a relação com as suas lutas. Na pesquisa, é identificado como a proposta de educação vem fortalecendo a identidade quilombola dessa comunidade. Além disso, buscam compreender como a participação da comunidade está presente na proposta de educação e como essa proposta pode contribuir com as DCNEEQ enquanto modalidade de ensino. Essa dissertação faz parte das referências teóricas e metodológicas da tese em andamento, pois discute caminhos para implementação da Educação Escolar Quilombola.

No que diz respeito ao PPP, Silva (2012, p. 115) guiou-se pelo pensar e fazer educação em articulação com a categoria “território”, ou seja, é “mais do que um mecanismo de efetivação de política educacional, ele é instrumento de construção identitária coletiva e de participação social”. O Projeto Político-Pedagógico do Território Quilombola (PPPTQ) foi organizado em sete eixos e “apresenta o que seus moradores, entendem ser importante para as escolas, somando-se ao que previamente já está estabelecido pelo sistema de ensino brasileiro para a educação básica como base curricular comum” (Silva, 2012, p. 116), sendo os setes eixos relacionados às especificidades da comunidade sobre: território, história, organização, identidade, meio ambiente, gênero (protagonismo das mulheres) e interculturalidade.

No que se refere ao currículo, ressaltam a importância do calendário apropriado à história e à cultura da comunidade e dos saberes do campo, dos mais velhos e tradicionais para

⁷ Destacamos a importância da autoria da comunidade quilombola na proposta pedagógica ali realizada.

a vida dos moradores, os quais refletem na autoestima das crianças quilombolas, reveladas pelas entrevistas, práticas em sala de aula.

Quanto aos recursos didáticos, ganham relevância: a arte, o artesanato e materiais produzidos pela comunidade, o posicionamento dos professores em relação ao campo e à cidade, criança urbana e rural e “os símbolos que veem sutilmente ou não acompanhados e como isso afeta a autoestima das crianças quilombolas” (Silva, 2012, p. 134).

Em relação à juventude e à identidade, Silva (2012, p. 152) destaca que a resistência ao racismo é a sua superação, sendo uma estratégia utilizada a confecção de “instrumentos para dialogar com a juventude, como o jornal *Crioulas: a voz da resistência* e o *Crioulas Vídeo*”.

Em relação à categoria trabalho, se apresenta relacionada à reconstrução de identidade e mediada pela educação. Reconstrução que, por sua vez, estabelece um vínculo com a memória de um passado colonial e escravista. Assim, o trabalho artesanal, inicialmente despotencializado, que não é somente para gerar renda, mas contar e rememorar oralmente uma história, configura-se em modos de resistência e luta pela vida, pela liberdade, pelo território, pela cultura e pelos sonhos. Desse modo, trabalho e educação se entrecruzam no processo de significação e se voltam aos interesses da comunidade, potencializando os sonhos de liberdade, acalentados na memória social e exercidos, harmoniosamente, na vida cotidiana com respeito ao meio ambiente e à cultura, no uso artesanal da fibra do caroá, para que a terra seja um bem coletivo também às gerações futuras.

Por fim, Silva (2012, p. 157) apresenta os “avanços, desafios e aprendizagem da proposta de educação em Conceição das Crioulas”, dos quais compartilho: a falta de regularização institucional dessa proposta e dos seus profissionais. Embora o município tenha, em 2011, reconhecido a categoria do professor quilombola para as séries iniciais, essa pode ser desconsiderada futuramente, sendo necessário que seja uma política de estado, e não apenas de governo; a necessidade de continuidade da proposta em outros níveis da educação formal; integração entre as esferas municipais, estaduais e federais de educação.

Araújo (2020), em sua dissertação, analisou o PPP das escolas Valdir Gonçalves Aguias e Serra das Areias, da comunidade Jardim Cascata, localizada em Aparecida de Goiânia/GO, com o objetivo de identificar se cumprem as legislações previstas para a EEQ. Como resultados, o autor identifica, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Serra das Areias, um trecho que menciona a importância da história e da cultura indígena e afro-brasileira nos conteúdos e em todo o currículo escolar.

Porém, não é mencionada a Lei nº 10.639/03, que estabelece as diretrizes e a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares.

Além disso, não foi identificada intersecção de saberes com a comunidade, como está previsto nas DCNEEQ. Ao analisar o calendário dessa escola, observaram que a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena está presente em celebrações pontuais. Segundo Araújo (2020, p. 104), “celebrar a cultura negra em momentos pontuais é revelar desconhecimento da história e luta desses povos, além de demonstrar racismo de forma consciente ou não”. O autor conclui que o PPP apresenta preocupações válidas para uma formação que respeite a diversidade social, histórica e cultural, porém não encontrou aspectos que foquem na comunidade local, com as especificidades quilombolas.

O autor destaca ainda que o PPP da Escola Municipal Valdir Gonçalves de Aguiuais faz menção à Lei 10.639/03 e afirma que será aplicado em todo o currículo escolar, mas afirma que o destaque maior será no dia 20 de novembro. Entretanto, o PPP da escola Valdir afirma que, no Dia da Consciência Negra, busca promover encontros com a comunidade quilombola. Além disso, o PPP faz uma breve contextualização dos quilombos e realça a importância da Comunidade Quilombola Jardim Cascata. Assim, o PPP promove uma integração dos saberes quilombolas dentro do ambiente escolar, cumprindo o que determina a legislação. Todavia, foi verificado que não há um cronograma específico sobre os conteúdos da História e Cultura Africana e Afro- Brasileira, nem da comunidade quilombola.

O artigo de Nascimento (2017) discute os desafios e os obstáculos a serem enfrentados no processo de efetivação da Educação Escolar Quilombola (EEQ) na região do Vale do Ribeira/SP, destacando os seguintes aspectos, que foram levantados por lideranças quilombolas durante audiências públicas: acesso às unidades escolares, currículo, formação de professores, projeto político pedagógico e gestão escolar. Com relação ao acesso às unidades escolares, no Vale do Ribeira, as situações são marcadas pelo funcionamento precário das escolas, inexistência de escolas dentro das comunidades ou de alguma etapa do ensino. Além disso, as lideranças quilombolas apontaram problemas no transporte público oferecido. Isso contribui para evasão escolar, pois dificulta o acesso às escolas.

Nesse estudo, o autor ainda observa que o currículo das escolas foi criticado por lideranças de 22 comunidades (25 responderam ao questionário), as quais afirmam que os costumes das comunidades, as lutas quilombolas no Brasil e a história das comunidades do Vale do Ribeira não fazem parte das aulas. Também, somente em seis delas o calendário escolar considera datas importantes da comunidade; já em 18 comunidades isso não acontece. Além disso, a formação inicial e continuada de professores para lidar com as especificidades históricas, ambientais e culturais do Vale do Ribeira não estão sendo cumpridas.

Sobre a participação das comunidades na gestão escolar e na construção do PPP, constatou-se que dentre as 25 que participaram do questionário, só 3 afirmaram terem participado da construção dos PPPs. Enquanto, somente 7 comunidades participaram da gestão das escolas, contra 17 que não têm participação. Esses dados evidenciam que muito há de se lutar e transformar para que as DCNEEQ sejam implementadas.

O artigo de Monteiro e Reis (2019) problematiza os desafios à implementação das DCNEEQ e discute a EEQ como direito e dever de memória e de afirmação da identidade quilombola e negra. Para isso, apresenta reflexões sobre infâncias quilombolas, partindo da concepção de quilombo e discutindo valores que baseiam relações de cuidado, de educação da infância e que afirmam a identidade negra no estado do Rio de Janeiro.

O artigo de Miranda e Silva (2020) discute sobre a docência quilombola a partir de narrativas de quatro professoras quilombolas, que se autodeclaram negras e trabalham em escolas dentro dos territórios onde vivem em Minas Gerais. O artigo debate a formação docente das professoras entrevistadas e faz reflexões sobre a relação gênero e raça. As entrevistadas afirmam que a docência quilombola que desenvolvem é atravessada pela identidade racial, sendo importante desarticular a perspectiva eurocentrada na estética branca e discutir outras violências do racismo. Além disso, outro aspecto dessa docência quilombola é sua localização no território quilombola. A militância e a troca de saberes com outros quilombos amplia os conhecimentos que passam a fazer parte do acervo dessas professoras. Por fim, o aprendizado sobre os direitos quilombolas permite avançar nas conquistas da comunidade.

No artigo de Bicalho e Rodrigues (2019), se reflete sobre os desdobramentos da aprovação das DCNEEQ para a comunidade quilombola Colônia do Paiol, localizada no município de Bias Fortes/MG. Para contextualizar, o artigo apresenta um pouco da história e da luta da comunidade por políticas públicas, incluindo a educação. Desde a década de 1970, existe a Escola Municipal Prefeito Joaquim Ribeiro de Paula, localizada dentro da comunidade, que recebe estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental I. O corpo docente da escola é formado por seis professoras, sendo uma delas pertencente à comunidade com contrato temporário. Para continuidade dos estudos, os estudantes vão para a Escola Estadual Cisipho Campos, localizada na cidade de Bias Fortes. Em nenhuma dessas escolas há uma proposta de educação, um currículo e um PPP que inclua ampla e criticamente a existência quilombola. Em 2014, identificamos que na escola localizada na comunidade, as atividades educativas de valorização quilombola acontecem por iniciativa dos moradores da Colônia do Paiol. Também identificamos que os índices escolares de desistência, transferência e reprovação eram maiores para estudantes da Colônia do Paiol na Escola Estadual Cisipho Campos. O problema principal

é a falta de reconhecimento nas escolas das práticas culturais da comunidade e também a maneira com que os professores dessas escolas estão refletindo sobre os princípios que fundamentam a DCNEEQ. Assim, a comunidade passa a encaminhar suas demandas para Secretaria Municipal de Educação de Bias Fortes e cobrar a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que realize uma formação continuada de professores.

As demandas da comunidade se caracterizam pela política de contratação, via concurso público, de profissionais pertencentes à própria comunidade, como previsto nas DCNEEQ; pelo mapeamento sociocultural, que resgate práticas, saberes e fazeres para a construção do PPP da Escola Municipal Prefeito Joaquim Ribeiro de Paula, ressaltados os princípios da educação escolar quilombola, suas concepções curriculares, pedagógicas e de organização do espaço-tempo da escola.

No artigo de Padilha *et al* (2020), é apresentado um relato de experiência de atividades de extensão desenvolvidas com estudantes dos cursos de licenciatura em Geografia e Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em que realizam articulações teóricas e conceituais sobre as relações étnico-raciais, para proposições pedagógicas e intervenções na educação básica. Especificamente, as ações desenvolvidas, na Escola Municipal do Campo Professor Benedito Roque de Campos Leal, no município de Castro, Paraná (PR), visam à aproximação às DCNEEQ. A escola localiza-se em região quilombola, no interior do município, e conta com 25 alunos, em sua maioria, vindos da agricultura familiar de subsistência e remanescentes quilombolas da Serra do Apon. É destacado que anteriormente à extensão, a gestão e as professoras da Escola Municipal do Campo Professor Benedito Roque de Campos Leal já desenvolviam o projeto intitulado “Minha História começa aqui e pelo mundo eu vou”, que promove debates e atividades de literatura, em sala de aula, sobre as questões quilombolas; faz parcerias com membros quilombolas na escola; saídas de campo para reconhecimento da comunidade e resgate da história local; realiza atividades com estudantes, para valorizar o protagonismo da população negra, através de filmes e painéis educativos; estudos e atuação de estudantes baseados na literatura afro. Continuando esse projeto, a equipe escolar ampliou as atividades para promover a igualdade racial. As professoras produziram uma sequência didática sobre “Histórias Encantadas Africanas”, em que foram levantados filmes e livros de literatura afro. Os licenciandos da UEPG realizaram oficinas de brincadeiras africanas e afro-brasileiras com as crianças. Enquanto isso, cerca de 40 adultos da comunidade participaram de uma roda de conversa com as docentes da UEPG, que teve como tema “Passado, presente e futuro”, em que relataram experiências de vida; refletiram sobre a desigualdade social e o racismo; compartilharam o que desejam para o futuro das crianças da comunidade; refletiram sobre a cultura africana e afro-brasileira e sobre a necessidade da valorização dessas culturas e da sua identidade quilombola.

Por fim, Souza (2016) aborda de forma ampla a educação vivida no Quilombo Brotas (estado de São Paulo), que é caracterizada pela oralidade e ancestralidade. Mais especificamente, a autora apresenta resultados da sua tese, uma pesquisa etnográfica, com objetivo de “entender o significado da infância e da criança a partir dos grupos infantis quilombolas” (Souza, 2016, p. 332). Além disso, a autora analisou como a escola encara dificuldades para dialogar com as histórias e saberes do Quilombo, considerando as DCNEEQ e a educação para as relações étnico-raciais. A autora apresenta processos escolares na trajetória do Quilombo, iniciando por relatos de racismo que mulheres quilombolas sofreram entre os anos de 1980 e 1990 e como enfrentaram e lutaram contra.

Porém, a autora afirma que a escola manifestou interesse em dialogar com o Quilombo, devido às mudanças na legislação da educação nacional. Membros do Quilombo, representantes da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação da cidade reuniram-se no Quilombo para pensar estratégias considerando essas leis. Em seguida, realizaram-se as atividades: um quilombola foi convidado para contar a trajetória social e histórica do Quilombo Brotas; durante o mês da Consciência Negra, a escola foi ao território quilombola com um coral, um grupo de capoeira e também realizou uma trilha e ouviu sobre a história da comunidade. Ainda assim, as crianças quilombolas perceberam a inconsistência das atividades escolares. Além disso, as crianças demonstraram desconfiança e insegurança ao saber que a escola iria para o Quilombo e se recusaram a apresentar uma roda de jongo aos visitantes. Muito provavelmente, relacionado ao racismo presente na escola, pois um dos moradores do Quilombo relatou que elas foram chamadas de “macumbeiras” de forma pejorativa na escola. Dessa forma, a autora alerta para os perigos de um diálogo desigual entre os Quilombos e escolas brancocêntricas, monoculturais e racistas.

Como vimos acima, as pesquisas que analisam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica nas escolas estão situadas nos estados MG, PE, GO, SP, RJ, PR. Identifica-se assim, a necessidade de estudos sobre a realidade nas escolas que recebem estudantes quilombolas no estado de SC.

Assuntos que se inter cruzam no debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica

Oliveira (2013), em sua dissertação, pesquisou o processo de elaboração das DCNEEQ na Bahia, desde as motivações iniciais para construção dessa política estadual, incluindo os mediadores envolvidos, os ambientes de mediação, o contexto político e as pautas sociais desse

processo. A autora acompanhou e registrou a tramitação e a negociação do texto da política e das ações individuais e coletivas promovidas em Salvador. Os resultados se dirigem à construção dessa política pública.

Cruz (2022), em sua dissertação, investigou se as Políticas Públicas de Educação Ambiental implementadas nas escolas quilombolas de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, estão baseadas na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e fundamentadas pela Base Nacional Comum Curricular. A pesquisa identificou que esses três fatores, Educação Ambiental, Educação Escolar Quilombola e PHC, se relacionam quando focam nas aproximações entre escola e comunidade, problematizando a realidade e refletindo sobre a práxis.

O artigo de Alves-Brito e Alho (2022) busca fomentar e justificar o debate e a implementação das Leis 10.639, 11.645 e das DCNEEQ na educação em ciências, nos ensinos básico e superior. Para isso, problematizam as noções de desenvolvimento e progresso, em aulas de ciências, partindo de casos de conflitos políticos e territoriais, envolvendo empreendimentos de Estado e comunidades tradicionais.

No artigo, Santos e Silva (2019) buscaram compreender as políticas de formação de professores de língua portuguesa para a EEQ, através de uma pesquisa qualitativa e documental. Os resultados confirmaram a ausência de uma formação específica para o contexto quilombola.

O artigo Silva e Rêgo (2022) faz uma reflexão sobre o processo de produção do currículo e de produção do material didático, baseado na DCNEEQ. A pesquisa também propõe um plano de trabalho que pode ser utilizado em escolas regulares que atendem estudantes quilombolas. Foi realizado um processo de pesquisa e criação de repositório de plantas de usos tradicionais, em que são relacionados conhecimentos tradicionais de plantas medicinais com doenças recorrentes na região. Esse processo de sistematização pode gerar material didático para escolas e comunidades.

O artigo de Batista, Bezerra e Foster (2018) apresenta uma perspectiva de educação escolar quilombola contra-hegemônica, a partir das DCNEEQ. O texto tece discussões e as apresenta em três partes, sendo a primeira: considerações sobre uma educação que atenda aos interesses das classes que detêm os meios de produção e os desafios da educação na globalização. No segundo tópico, se apresenta a opção teórica freireana. No terceiro e último tópico, os autores dialogam sobre as categorias de quilombos, educação escolar quilombola e sua estruturação, através de uma análise das DCNEEQ, em que são identificados seus fundamentos, objetivos e princípios da Educação Escolar Quilombola.

Nunes (2019) é um relato de experiência sobre a alfabetização de adultos e idosos, quilombolas e indígenas, no contexto de um seminário promovido pela Secretaria de Educação do

Estado do Paraná, em 2008. Antes mesmo da aprovação das DCNEEQ, devido à organização e à luta dos movimentos quilombolas e indígenas no estado. Assim, esse seminário foi realizado para alfabetizadores, alfabetizandos, lideranças quilombolas e indígenas, com o objetivo de identificar estratégias para construção do processo de alfabetização, partindo da identificação e do diálogo sobre quem são as pessoas envolvidas, quais são as suas histórias, lutas e culturas.

O artigo de Custódio e Foster (2019), em seu pós-doutoramento, analisou materiais didáticos para a EEQ, que foram produzidos por diferentes sistemas de ensino estaduais no país. Os resultados indicam restrição, superficialidade, incipiência, desvalorização de participação comunitária nas categorias escolhidas para a análise: “conceituação de quilombo; cultura e tradições; mundo do trabalho; terra e território; oralidade e memória” (p. 193).

O artigo de Silva e Ayres (2021) realizou um panorama das produções acadêmicas sobre a Educação Quilombola e o Ensino de Ciências, através de uma análise das plataformas: o Portal de Periódicos e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. O recorte temporal foi de 2013 a 2020, pois as DCNEEQ foram aprovadas em 2012. Como resultado, identificaram-se 10 trabalhos, distribuídos em quatro categorias de análise: Proposta Pedagógica, Formação Docente, Livro Didático e Saberes e Concepções de Professores, evidenciando que a articulação entre as áreas de EEQ e Ensino de Ciências é incipiente e necessita de mais dedicação.

No que se refere aos assuntos que se inter cruzam, no debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica, podemos enfatizar que as pesquisas destacam a necessidade de fomento para implementação dessas diretrizes.

Considerações finais

As temáticas de interesse das produções brasileiras analisadas enfatizam: a elaboração das DCNEEQ; as relações entre Educação Ambiental, EEQ e Pedagogia Histórico-Crítica; as aulas de ciências, conflitos políticos e territoriais envolvendo empreendimentos de Estado e comunidades tradicionais; a formação de professores de língua portuguesa para a EEQ; a produção do currículo e de material didático, baseada na DCNEEQ; as produções científicas sobre a Educação Quilombola e o Ensino de Ciências. Em específico, podemos considerar que os estudos, na Bahia, enfatizam a política local, escolas quilombolas e educação ambiental como interdisciplinares (Oliveira, 2013; Cruz, 2022).

Adiciona-se às temáticas pontuadas um eixo de argumentação fundamental, neste campo de estudo, o qual se refere às pesquisas que analisam a implementação das DCNEEQ nas escolas. Nessa direção, podemos considerar que as pesquisas, especialmente em Macedo (2019), denunciam

a precariedade na implementação dessas diretrizes, em razão da falta de ação governamental; desconhecimento e silenciamento da EEQ em documentos que imprimem suas diretrizes e equipes as quais deveriam implementá-los; ambiente escolar com preconceitos e discursos racistas. Precariedade destacada também por Nascimento (2017), em que acrescenta a evasão escolar, a desconsideração dos conhecimentos, das histórias e das lutas das populações locais e inexpressiva participação das comunidades na gestão escolar e na construção do PPP.

Por outro lado, especialmente em Silva (2012) e Silva e Rêgo (2022), os estudos indicam que, junto à luta das comunidades quilombolas, é possível contribuir para a efetivação dessa política e para o fortalecimento da identidade quilombola como aspecto fundamental na implementação da DCNEEQ como modalidade de ensino. Propõem, por exemplo, a criação de repositório de plantas de usos tradicionais, em que são relacionados conhecimentos tradicionais de plantas medicinais com doenças recorrentes na região. As produções destacam o referido protagonismo necessário para a implementação de transformação e o processo de ressignificação, ou mesmo uma educação quilombola contra-hegemônica, em Bezerra e Foster (2018).

Podemos considerar ainda que as transformações indicadas em Monteiro e Reis (2019), Padilha *et al.* (2020) e Souza (2016) destacam a infância como motor importante na preservação e impulsionamento da memória oral, das brincadeiras e da identidade quilombola e negra; já nos estudos de Miranda e Silva (2020) e Santos e Silva (2019), observa-se a ênfase ao pertencimento territorial e étnico na formação e a vida de professoras quilombolas; em Bicalho e Rodrigues (2019) e Alves-Brito e Alho (2022), além dos aspectos já elencados, são enfatizadas a necessidade de concursos públicos e a implementação da lei. A formação no campo da alfabetização de adultos e idosos (quilombolas e indígenas) ganha interesse no estudo de Nunes (2019). Podemos observar a relevância da ampliação de incidência de transformação em diferentes contextos etários e étnicos.

Os estudos que privilegiaram a análise de documentos (PPP e materiais didáticos), evidenciaram a diversidade cultural e étnica para a formação brasileira e destacam essa presença nos conteúdos do ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como na História da África, mesmo que estejam ainda vinculados às celebrações pontuais presentes no calendário escolar (Araújo, 2020; Custódio; Foster, 2019).

Podemos, ainda, realizar uma consideração comparativa ao estudo de Silva e Ayres (2021) que analisa as produções acadêmicas (Portal de Periódicos e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes), no período de 2013 a 2020, sobre a Educação Escolar Quilombola e o Ensino de Ciências. Os 10 trabalhos analisados, naquele período, evidenciaram uma preocupação pela Proposta Pedagógica, Formação Docente, Livro Didático e Saberes e Concepções de Professores.

Em nosso estudo, consideramos que houve um aumento significativo de publicações vinculadas à implementação da Educação Escolar Quilombola de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica. As produções acadêmicas evidenciam os limites e indicam potencialidades para a implementação, em especial a inclusão das pessoas quilombolas e suas comunidades no processo escolar brasileiro.

O contexto das pesquisas está situado nas escolas nos estados de MG, PE, GO, SP, RJ, PR. Assim, identificamos a importância de estudos sobre a realidade nas escolas que atendem estudantes quilombolas no estado de SC, bem como o papel do estado na implementação das DCNEEQ.

Por fim, destacamos a predominância dos estudos na área de educação e áreas correlatas de ensino de: história; geografia; sociologia; física; língua portuguesa; e ciências – o que evidencia uma maior atenção da área de pesquisa da educação.

Referências

ALVES-BRITO, A.; ALHO, K. R. Educação para as Relações Étnico-Raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, n. 1, p. 1-19, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172022240122>.

ARAÚJO, E. A. de. *Políticas educacionais e identidade cultural na Comunidade Quilombola Jardim Cascata, em Aparecida de Goiânia*. 2020. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4844>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BATISTA, G.; BEZERRA, M.; FOSTER, E. Diretrizes Nacionais Para A Educação Escolar Quilombola: uma perspectiva de educação contra-hegemônica. *Revista de Educação Popular*, n. 2, p. 68-79, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/rep-v17n22017-art05>.

BICALHO, R.; RODRIGUES, G. G. Os desafios da Educação Quilombola e o protagonismo dos movimentos sociais: experiências na comunidade colônia do paiol - Bias Fortes (MG). *Cadernos de Pós-Graduação*, n. 2, p. 82-93, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5585/cpg.v18n2.10365>.

BRASIL. *Decreto nº 10.088*. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Poder Executivo, Brasília, DF, 05 nov. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB 16/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola>. Acesso em: 07 ago. 2024.

CRUZ, Q. M. da. *Políticas Públicas De Educação Ambiental Articuladas À Pedagogia Histórico-Crítica: Uma Análise Das Escolas Quilombolas Em Bom Jesus Da Lapa, Bahia*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, 2022. Disponível em: <http://anais2.uesb.br/index.php/jura/article/view/609/483>. Acesso em 07 ago. 2024.

CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. da L. S. Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. *Educar em Revista*, n. 74, p. 193-211, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.62715>.

MACEDO, L. de F. D. *A implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica em escolas da comunidade de Quartel do Indaiá/MG*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/5d4af7aa-c41c-46b5-aba2-719adffd5e93>. Acesso em 07 ago. 2024.

MIRANDA, S. A.; SILVA, J. F. R. da. Docência nas fronteiras: quilombo, raça e gênero. Formação Docente. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, n. 24, p. 39-52, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.31639/rbfpf.v12i24.348>.

MOMBELLI, R. Educação escolar quilombola em Santa Catarina: desafios e perspectivas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA: SABERES, INSUBMISSOS, DIFERENÇAS E DIREITOS, 32, 2020, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia. 2020. Disponível em: <https://evento.abant.org.br/doc/trabalho.php?id=00003417>. Acesso em: 15 out. 2024.

MONTEIRO, E.; REIS, M. C. G. Patrimônio Afro-Brasileiro no Contexto da Educação Escolar Quilombola. *Educação & Realidade*, n. 2, p. 1-22, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623688369>.

NASCIMENTO, L. K. do. Educação Escolar Quilombola: reflexões sobre os avanços das políticas educacionais e os desafios para a prática pedagógica no Vale do Ribeira-SP. *Revista Da FAEEBA*. v. 26, n. 49, p. 69-86, 2017. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.21879/faeoba2358-0194.v26.n49.6986>. Acesso em 07 ago. 2024.

NUNES, G. H. L. Alfabetização de adultos e idosos a partir de um lugarejo quilombola (Literacy of adults and elderly people from a quilombola village). *Revista Eletrônica de Educação*, v. 13, n. 3, p. 1170, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271992591>.

OLIVEIRA, S. N. de. *Diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola: o caso da Bahia e o contexto nacional*. 2013. Dissertação (mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_suely_noronha_oliveira.pdf. Acesso em 07 ago. 2024.

PADILHA, L. M. L. *et al.* Possibilidades Pedagógicas Para o Cumprimento Da Lei 10.639/03: comunidade quilombola de serra do apon no paraná. *Revista Conexão UEPG*, v. 16, p. 1-14, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/rev.conexao.v.16.15389.046>.

SANTA CATARINA (Estado). *Resolução nº 86, de 15 de julho de 2019*. Institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/comissoes/educacao-a-distancia/resolucoes>. Acesso em: 18 set. 2023.

SANTOS, A. P. dos; SILVA, K. A. da. Formação De Professores De Língua Portuguesa Para Contexto Quilombola No Brasil. *Fólio - Revista de Letras*, v. 11, n. 1, p. 775-799, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22481/folio.v11i1.5028>.

SILVA, D. R. M. da; RÊGO, Y. M. B. Conexões de saberes: em busca de práticas pedagógicas inclusivas a partir de terapias tradicionais quilombolas. *Educação: Teoria e Prática*, n. 64, p. 1-16, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s15302>.

SILVA, G. M. da. *Educação Como Processo De Luta Política: A Experiência De “Educação Diferenciada” Do Território Quilombola De Conceição Das Crioulas*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/12533>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SILVA, N. O. R. da; AYRES, A. C. M. Educação Quilombola e Ensino de Ciências: panorama das produções acadêmicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 13, 2021, Campina Grande. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/76649>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SILVEIRA, L. de F. *Os Saberes Emancipadores de Maria de Lourdes Mina: aprendendo com as memórias de uma professora e militante negra em Santa Catarina*. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SOUZA, M. L. A. de. Entre Escola E Tradição: A Educação Numa Comunidade Remanescente De Quilombo Pauli. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 11, n. 22, p. 332-350, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2965>. Acesso em: 07 ago. 2024.